

Processo: 1177473

Natureza: RECURSO ORDINÁRIO

Recorrente: Geraldo Martins Godoy

Órgão: Prefeitura Municipal de Periquito

Processo referente: Representação n. 1107644

Procuradores: Allan Dias Toledo Malta, OAB/MG 89.177; Êmerson Fernandes Coutinho, OAB/MG 154.589; Gabriela Caumo, OAB/MG 142.865; Leonardo Cristian da Silva Pereira, OAB/MG 148.310; Neirson Alves Ferreira Júnior, OAB/MG 108.403

MPTC: Procuradora Marília Cecília Borges

RELATOR: CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO HAMILTON COELHO

TRIBUNAL PLENO – 6/8/2025

RECURSO ORDINÁRIO. EXCESSO DE CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS. VIOLAÇÃO À REGRA CONSTITUCIONAL DO CONCURSO PÚBLICO. MANUTENÇÃO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS POR EXTENSO LAPSO TEMPORAL. ERRO GROSSEIRO. APLICAÇÃO DE MULTAS. NEGADO PROVIMENTO.

1. Conforme disposto no art. 37, IX, da Constituição da República de 1988, será válida a contratação temporária caracterizada pela necessidade transitória e pela existência de excepcional interesse público, que se enquadre nas hipóteses previstas na lei local que discipline a matéria, realizada por prazo determinado, situação na qual é exigível a realização de processo seletivo simplificado, a fim de assegurar a observância dos princípios da impessoalidade e da isonomia.
2. Considera-se erro grosseiro aquele manifesto, evidente e inescusável, praticado com culpa grave, caracterizado por omissão com elevado grau de negligência.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros do Tribunal Pleno, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e diante das razões expendidas no voto do Relator, em:

- I) conhecer do recurso, na preliminar, visto que foram preenchidos os pressupostos de sua admissibilidade, nos termos do art. 402 do Regimento Interno;
- II) negar provimento ao recurso ordinário, no mérito, visto que as razões de reforma tecidas são insuficientes para ensejar a modificação do acórdão proferido por esta Corte de

Contas nos autos da Representação n. 1107644, em sessão da Primeira Câmara de 13/08/2024, mantendo-se na íntegra a decisão, por seus próprios e jurídicos fundamentos;

- III) determinar a intimação das partes e, após cumpridas as disposições regimentais aplicáveis, o arquivamento dos autos.

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro em exercício Adonias Monteiro, o Conselheiro em exercício Telmo Passareli, o Conselheiro em exercício Licurgo Mourão e o Conselheiro Presidente Durval Ângelo.

Presente à sessão o Subprocurador-Geral Daniel de Carvalho Guimarães.

Plenário Governador Milton Campos, 6 de agosto de 2025.

DURVAL ÂNGELO
Presidente

HAMILTON COELHO
Relator

(assinado digitalmente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

TRIBUNAL PLENO – 6/8/2025

CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO HAMILTON COELHO:

I – RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Geraldo Martins Godoy, em face do acórdão proferido nos autos da Representação n. 1.107.644, sob a relatoria do Conselheiro Substituto Adonias Monteiro.

A representação versava, entre outros pontos, acerca do número excessivo de contratações temporárias, mantidas por extenso lapso temporal, em violação à regra constitucional do concurso público, a teor do disposto no art. 37, II e IX, da Constituição da República.

Em sessão da Primeira Câmara deste Tribunal de Contas, realizada no dia 13/8/2024, decidiu-se, de forma unânime, por:

“I) reconhecer, em prejudicial de mérito, a prescrição da pretensão punitiva desta Corte quanto aos fatos ocorridos até o dia 14/9/2016, nos termos do art. 110-E c/c o art. 110-C, V, da Lei Orgânica deste Tribunal, com a consequente extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do art. 110-J do mesmo diploma legal;

II) julgar parcialmente procedentes, no mérito, os apontamentos de irregularidade desta representação, nos termos do art. 346, § 2º, do Regimento Interno, c/c o art. 487, I, do Código de Processo Civil, conforme a fundamentação, com aplicação de multa, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), ao Sr. Geraldo Martins Godoy, ex-prefeito, responsável pela gestão no período entre 14/9/2016 e dezembro de 2020, e, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), ao Sr. José de Oliveira Flor, atual prefeito, considerando as medidas administrativas efetivadas pelo referido gestor com o intuito de dar início à regularização da situação examinada nos autos, nos termos do art. 83, I, c/c o art. 85, II, da Lei Orgânica deste Tribunal, relacionada ao excesso e à manutenção de contratações temporárias, por extenso lapso temporal, em detrimento do princípio constitucional do concurso público, em desacordo com o disposto no art. 37, II e IX, da CR/1988, e na legislação municipal, consoante analisado no item 2.1 da fundamentação desta decisão;

III) determinar ao atual prefeito de Periquito que:

a) elabore e apresente a esta Corte, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta decisão, plano de ação contendo o cronograma de implementação das medidas que serão adotadas para o saneamento das irregularidades apuradas no quadro de pessoal do Poder Executivo, de forma a reestabelecer a legalidade dos contratos precários celebrados e realize concurso público para o provimento de cargos efetivos vagos e necessários para o exercício das funções rotineiras e permanentes do Município, atentando-se para a legislação de regência e as disposições do art. 37, II e IX, da CR/1988, sob pena de aplicação de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do art. 85, III, da Lei Orgânica deste Tribunal;

b) adote, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências necessárias ao saneamento das falhas apuradas em relação às servidoras Cláudia Maria de Paula Campos, Elizaine Garcia Martins, Gezenir Augusta Garcia Andrade, Claudete Madalena da Silva Matias, Wanderléia Matias dos Santos e Cristiane Lopes da Silva, e respectiva adequação dos dados disponibilizados no CAPMG, bem como à atualização dos

dados referentes às folhas de pagamento de pessoal do ano de 2024 no CAPMG, consoante analisado no item 2.1 da fundamentação, devendo, ainda, neste mesmo prazo, encaminhar a esta Corte a comprovação da regularização, sob pena de incidência na sanção prevista no art. 85, III, da Lei Orgânica deste Tribunal;

IV) determinar que, recebido o plano de ação enviado pelo gestor e demais documentos, os autos sejam encaminhados à Unidade Técnica competente para monitoramento do cumprimento das determinações expedidas pelo Tribunal, nos termos dos arts. 170, II, e 171, do Regimento Interno;

V) determinar a intimação dos responsáveis pelo DOC e por via postal, bem como do Ministério Público de Contas, na forma regimental;

VI) determinar, após o trânsito em julgado e promovidas as medidas cabíveis à espécie, o arquivamento dos autos, nos termos do art. 258, I, do Regimento Interno.”

À peça n. 2, o recorrente alegou que, nos termos do art. 299 do Regimento Interno (Resolução n. 24/2023), a defesa apresentada por um dos responsáveis aproveita aos demais, ainda que a parte seja revel. Assim, no que concerne às circunstâncias objetivas, deveriam ser consideradas, também, as razões apresentadas pelo Prefeito subsequente, Sr. José de Oliveira Flor, presentes nos autos do Recurso Ordinário n. 1.177.472.

Em acréscimo, afirmou não ter incorrido em erro grosseiro, visto que, durante sua gestão, o Governo do Estado de Minas Gerais deixou de realizar o repasse de recursos, prejudicando sobremaneira as finanças do município, razão pela qual optou por realizar contratações temporárias, a fim de não se comprometer com despesas fixas de pessoal. Ao final, pugnou pela prolação de nova decisão, para reconhecimento da validade dos atos realizados durante sua gestão e a aplicação de penalidade de “advertência” ou, subsidiariamente, pela diminuição da multa aplicada, equiparando-a à imputada ao outro recorrente.

Em 4/11/2024, os autos foram redistribuídos à minha relatoria, nos termos do art. 209 do Regimento Interno (peça n. 9).

A Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Admissão – CFAA, à peça n. 10, afirmou que o recorrente não apresentou nenhum elemento novo apto a infirmar ou modificar o acórdão recorrido, manifestando-se pela improcedência do recurso.

Em igual sentido, o Ministério Público junto a este Tribunal opinou pelo conhecimento e não provimento do recurso, em face da ausência de fato novo bastante para afastar as irregularidades verificadas no acórdão recorrido, sendo cabível, pois, a multa aplicada (peça n. 11).

É o relatório, no essencial.

II – FUNDAMENTAÇÃO

1. Preliminar de admissibilidade

Preliminarmente, à luz da certidão acostada à peça n. 6, conheço do presente recurso, visto que preenchidos os pressupostos de sua admissibilidade, nos termos do art. 402 do Regimento Interno.

2. Mérito

Em suas razões recursais (peça n. 2), o Sr. Geraldo Martins Godoy, Prefeito nas gestões 2012-2016 e 2017-2020, aduziu, inicialmente, a inexistência de erro grosseiro na sua conduta que justificasse a aplicação de multa, destacando que, para a condenação do gestor público, é imprescindível que se tenha prova concreta da atuação com dolo ou erro grosseiro e que, na ausência de elementos volitivos ou culpa grave, conforme exegese do Superior Tribunal de Justiça – STJ, não há outro caminho a trilhar senão o da improcedência, pois, do contrário, estar-se-ia adotando a tese da responsabilidade objetiva, não admitida no direito pátrio.

Afirmou não haver elemento probatório nos autos demonstrando que o recorrente tenha agido dolosamente, imbuído por má-fé ou por desídia deliberada, de maneira que a aplicação de penalidade seria irrazoável e desproporcional.

Ressaltou que, durante os anos de sua gestão, o Governo do Estado de Minas deixou de realizar o repasse de recursos oriundos da quota do IPVA, ICMS, verbas para a saúde e educação, o que vilipendiou sobremaneira as finanças de todos os municípios mineiros. Em virtude desses atrasos, salientou que não era viável a instauração de concurso público para seleção de pessoal efetivo, visto que, com a baixa na receita, poderia não ter recursos para arcar com a folha de pagamento. Nessa contextura, considerou prudente a realização de contratações temporárias, que poderiam ser desfeitas em caso de ausência de recursos.

Destacou que, nos autos da Auditoria n. 1.095.427, de relatoria do Conselheiro Cláudio Couto Terrão, deliberada pela Segunda Câmara em 18/11/2021, foi reconhecido que a referida ausência de repasses oriundos da quota parte do IPVA, ICMS teria prejudicado substancialmente as finanças e o planejamento de diversos municípios mineiros. Em decorrência, no referido acórdão, ao considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, conforme preceituado no art. 22 e seguintes da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – Lindb, teria se optado por afastar a ocorrência de dolo ou culpa grave na conduta do gestor.

Outrossim, repisou não ser possível inferir dolo ou erro grosseiro (culpa grave) em sua conduta pelo simples fato de ter sido o responsável pela assinatura dos contratos temporários, uma vez que, no art. 4º da Lei Municipal n. 246/2005, previu-se que a contratação seria feita mediante justificação do Secretário Municipal de que o ato não atentaria contra o disposto no art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Além disso, registrou que o Município de Periquito, durante os mais de 7 anos de sua gestão (2013-2020), não recebeu nenhuma recomendação do TCE-MG para instauração de concurso público. Aduziu, assim, não ser razoável e prudente a condenação, pois também seria função desta Corte de Contas alertar os gestores públicos, principalmente dos pequenos municípios, acerca de eventual impropriedade da gestão administrativa, tendo em vista que estes contam com pessoal menos qualificado e precisam, muitas vezes, recorrer a profissionais de cidades maiores para solucionar ou, pelo menos, amenizar os problemas cotidianos.

Ao final, enfatizou que Periquito é um pequeno município, tendo, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 6.738 habitantes, e contando com recursos financeiros e de pessoal escassos. Logo, deveriam ser consideradas todas essas dificuldades enfrentadas pelo gestor, sobretudo no período pós-pandemia.

Por tais fundamentos, pugnou pela prolação de nova decisão, reconhecendo a legalidade dos atos por ele praticados, com o consequente afastamento da multa e a aplicação apenas de “penalidade de advertência”. Subsidiariamente, requereu a diminuição da multa aplicada, haja vista que, a teor da Lei Municipal n. 246/2005, somente assinava os contratos mediante justificação do Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Em sua manifestação (peça n. 10), a unidade técnica ressaltou que o recorrente, embora argumente não ter se manifestado ao longo da instrução da Representação n. 1.107.644, foi por duas vezes notificado por este Tribunal de Contas, sem que apresentasse resposta: em 23/1/2020 (peça n. 7) e, depois de autuada a Representação, foi devidamente citado em 13/3/2023 (peça n. 40), não tendo, todavia, apresentado defesa no prazo regimental (peça n. 47), de forma que não se verificou nenhum vício processual.

A seguir, destacou que a Representação teve origem em ofício do Sr. Danilo Couto Lobato Bicalho, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares, por meio do qual cientificou este Tribunal de Contas acerca de possível irregularidade na contratação de servidor da Prefeitura de Periquito, tendo a CFAA, ao analisar a referida documentação, constatado outras irregularidades relacionadas à gestão municipal, como a inadimplência no envio da folha de pagamento pela Prefeitura desde abril de 2019; a existência de um número considerável de servidores temporários, contratados nos exercícios de 2011 a 2019, ressaltando que, em abril de 2019, havia 331 servidores temporários e 123 servidores efetivos; a não localização de edital de processo seletivo simplificado para contratação temporária; e a existência de 5 servidores no quadro efetivo da Prefeitura, com ingresso nos exercícios de 2015, 2017 e 2019, sem a comprovação da realização de concurso público.

Informou ainda que, após realizadas duas tentativas de complementação processual, apenas uma foi parcialmente respondida pelo Prefeito subsequente, Sr. José de Oliveira Flor (peças n. 24 e 25 do Processo n. 1.107.644).

A unidade técnica, ao fazer menção ao relatório realizado nos autos da Representação n. 1.107.644 (peça n. 33 do processo piloto), destacou que a CFAA, naquela oportunidade, já havia apontado irregularidades na realização de contratações temporárias pelo Poder Executivo Municipal.

Em relação à gestão 2013/2020, mandatos exercidos pelo recorrente, constatou-se, a partir dos dados apresentados pela própria Prefeitura Municipal via Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais – Capmg, que os servidores temporários representavam, em média, mais de duas vezes o quantitativo de servidores efetivos, com a realização de sucessivas prorrogações contratuais, em desacordo com a lei municipal de regência.

Não bastasse, observou-se o ingresso de servidores efetivos sem comprovação da realização de concurso público, conforme estampado no seguinte quadro comparativo apresentado no Acórdão ora recorrido:

Servidores	set/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	jan/21	jul/22	dez/23
Efetivos	138 (26%)	128 (27%)	125 (37%)	119 (25%)	120 (24%)	119 (39%)	134 (19%)	108 (24%)
Temporários	384	347	210	351	379	189	588	335

	(74%)	(73%)	(63%)	(75%)	(76%)	(61%)	(81%)	(76%)
Total	522	475	335	470	499	308	722	443

Fonte: Capmg. Acesso em: 06/06/2024

Diante desse cenário, o órgão técnico concluiu ser nítido o preenchimento de vagas para exercício de funções permanentes por meio da admissão de servidores temporários, as quais deveriam ser ocupadas por servidores que prestaram concurso público, enfatizando que, desde 2014, ano de início do funcionamento do Sistema Fiscap – Módulo Edital neste Tribunal de Contas, não se teve registro da realização de concursos públicos para provimento de cargos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura de Periquito.

A esse respeito, apontou deficiências na publicidade no âmbito da Administração Pública Municipal, visto que, até a realização do Processo Seletivo Público regido pelo Edital n. 01/2023, ocorrido já na gestão municipal subsequente à do recorrente, as contratações promovidas pelo Poder Executivo ocorreram sem que houvesse a publicação de editais de concurso público, processo seletivo público ou processo seletivo simplificado, consoante a modalidade de contratação. Salientou, assim, que a falta de transparência viola não apenas a organização administrativa constitucionalmente prevista, mas também afeta a esfera de direitos dos próprios candidatos, porquanto não são publicizadas as regras aplicáveis à seleção, tais como a quantidade de vagas ofertadas, os requisitos de acesso a cada vaga, a jornada a ser cumprida, a remuneração a ser percebida e informações referentes à interposição de recursos e à divulgação dos resultados.

Ademais, ressaltou que a inobservância ao princípio da publicidade impediria o adequado exercício de controle por esta Corte de Contas, pelos demais órgãos de fiscalização e pelos cidadãos, no tocante à legalidade das contratações temporárias realizadas, à sua motivação, à legitimidade da despesa pública a ser utilizada e ao preenchimento dos requisitos constitucionais. Logo, sem a publicação dos respectivos editais e das demais informações correspondentes, não se poderia afirmar que foram cumpridos os requisitos constitucionais balizadores das contratações por prazo determinado, tampouco que os contratados foram selecionados de forma impessoal e isonômica.

Ressaltou que as alegações de se tratar de um município de pequeno porte e de terem ocorrido restrições temporárias em repasses estaduais não constituiriam justificativas legítimas para as graves violações constatadas, visto que tais atrasos não perduraram durante os dois mandatos exercidos pelo recorrente. Outrossim, não houve comprovação de que a contratação de servidores por meio de concurso, consoante determinado no ordenamento jurídico pátrio, representaria um ônus impossível de ser assumido pelo ente municipal ou que os gastos com as contratações temporárias realizadas tenham sido mais eficientes.

Destacou não constituir dever desta Corte de Contas alertar os entes públicos sobre eventuais ilegalidades cometidas em suas gestões, carecendo, pois, de respaldo normativo a argumentação aventada pelo recorrente, o qual, aliás, fora intimado diversas vezes, no âmbito da Representação, acerca das irregularidades em tela, deixando transcorrer *in albis* a oportunidade de prestar esclarecimentos e de promover a devida regularização do quadro funcional da Prefeitura de Periquito.

Quanto à ausência de razoabilidade e proporcionalidade na multa aplicada, a unidade técnica sublinhou que as circunstâncias enfrentadas e os atos praticados pelos gestores responsáveis

foram considerados de forma individualizada na fixação da penalidade imposta, ressaltando que o Prefeito subsequente, ao contrário do recorrente, adotou medidas administrativas visando à reformulação das normas pertinentes ao plano de cargos e salários e ao estatuto dos servidores municipais, entre outras medidas, o que resultou numa penalidade mais branda para o referido agente público.

Diante disso, a CFAA sugeriu a manutenção integral do acórdão recorrido (peça n. 10).

Por seu turno, o *Parquet* especial, no parecer acostado à peça n. 11, asseverou não haver nas razões recursais fato novo apto a afastar as irregularidades verificadas no acórdão combatido, opinando, assim, pela manutenção da decisão vergastada.

Conforme amplamente discutido no *decisum* recorrido, a Carta Política do Brasil impõe a regra da realização de concurso para ingresso no serviço público, autorizando, no entanto, em situações de excepcional interesse público, a contratação temporária de servidores, sempre por prazo determinado.

As contratações temporárias encontram amparo no art. 37, IX, da Constituição da República, no qual se dispõe que “a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”, tendo por escopo, portanto, contemplar situações transitórias nas quais a própria atividade a ser desempenhada seja amparada no excepcional interesse público, a demandar urgência na realização ou manutenção de serviço essencial, por tempo determinado, em virtude de não haver tempo hábil para consecução de concurso.

Como ensina Celso Antônio Bandeira de Mello, em trecho colacionado no acórdão recorrido:

“A razão do dispositivo constitucional em apreço, obviamente, é contemplar situações nas quais ou a própria atividade a ser desempenhada, requerida por razões muitíssimo importantes, é temporária, eventual (não se justificando a criação de cargo ou emprego, pelo que não haveria cogitar do concurso público), ou a atividade não é temporária, mas o excepcional interesse público demanda que se faça imediato suprimento temporário de uma necessidade (neste sentido, “necessidade temporária”), por não haver tempo hábil para realizar concurso, sem que suas delongas deixem insuprido o interesse incomum que se tem de acobertar.” (Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 27ª ed., 2010)

Em igual sentido, na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal – STF, afirma-se que a exceção à regra prevista no inciso IX do art. 37 da CR/1988 deve ser interpretada de forma restritiva, sendo, por consectário, vedada a contratação temporária de servidores para o exercício de funções que devam ser preenchidas por meio de concurso:

“Nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, para que se considere válida a contratação temporária de servidores públicos, é preciso que: a) os casos excepcionais estejam previstos em lei; b) o prazo de contratação seja predeterminado; c) a necessidade seja temporária; d) o interesse público seja excepcional; e) a contratação seja indispensável, sendo vedada para os serviços ordinários permanentes do Estado que estejam sob o espectro das contingências normais da Administração.” (Tema n. 612 de Repercussão Geral. RE n. 658.026/MG. Tribunal Pleno. Rel. Min. Dias Toffoli. Julgamento em: 11/04/2014. Publicação em: 31/10/2014.).

Com efeito, a prévia realização de processo seletivo simplificado para contratação temporária de pessoal cumpre com os princípios constitucionais da igualdade, da legalidade, da

impessoalidade e da moralidade, dando efetividade ao amplo acesso às funções públicas. De maneira similar já decidiu esta Corte de Contas:

“REPRESENTAÇÃO. IRREGULARIDADES NAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. SANEAMENTO. REGULARIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO. RECOMENDAÇÃO AO GESTOR. PROCEDÊNCIA PARCIAL. APLICAÇÃO DE MULTA. ARQUIVAMENTO.

1. A contratação temporária prevista no inciso IX do art. 37 da CR/88, como exceção à regra do concurso público estabelecida no inciso II do mesmo dispositivo, em respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, dentre outros, exige, além da legislação local regulamentadora, a presença concomitante dos requisitos da temporariedade e do excepcional interesse público e a prévia submissão dos interessados ao devido processo seletivo público.

2. Estabelecido prazo máximo para duração dos contratos temporários na legislação municipal, deve o gestor atentar-se para que as prorrogações não o ultrapassem, sob pena de reconhecimento da irregularidade e aplicação de multa.” (Representação n. [932.492](#). Segunda Câmara. Rel. Cons. Cláudio Couto Terrão. Julgamento: 07/11/2019. Publicação: 20/11/2019)

No vertente caso concreto, é inequívoco que houve ilegalidade na massiva contratação e manutenção de servidores temporários, por longo período de tempo, na Prefeitura de Periquito, sem justificativa hábil a comprovar a excepcionalidade e a temporalidade de tais contratações, em clara ofensa às disposições constitucionais preconizadas no art. 37, II e IX, da Constituição da República. Não bastasse, tal irregularidade foi agravada pela ausência de transparência em relação aos processos de admissão de pessoal realizados, prejudicando o exercício adequado do controle sobre a legalidade e a conformidade desses atos.

Da análise dos autos, verifica-se, conforme alhures relatado, que o processo piloto se originou de documentação enviada em 26/11/2019 pelo Sr. Danilo Couto Lobato Bicalho, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares, acerca de possível irregularidade na contratação do servidor Messias Lourenço Gonçalves para exercício da função de serviços gerais no Município de Periquito (peça n. 1, p. 1-30). Após análise preliminar, a Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP emitiu, em 10/12/2019, o Memorando n. 355/2019, identificando novas irregularidades e determinando a intimação do gestor para prestar esclarecimentos (peça n. 5, p. 33 a 41).

Devidamente intimado (peça n. 5, p. 44-45), o recorrente Geraldo Martins Godoy, Prefeito à época, não se manifestou, consoante certificado à peça n. 7. Na sequência, a documentação foi autuada como Representação, em 14/9/2021 (peça n. 11).

Depreende-se, pois, que o recorrente, por ter permanecido no cargo até o final de 2020, na qualidade de autoridade máxima, teve conhecimento das diversas irregularidades apontadas por este Tribunal de Contas, ainda no final de 2019, e, embora devidamente citado, quedou-se inerte nos autos da Representação n. 1.107.644.

Consoante dados coletados no Capmg, coligidos no acórdão originário, o número de servidores temporários que, em setembro de 2016, equivalia a 74% do total de agentes públicos da Prefeitura, manteve-se relativamente estável durante o governo do Sr. Geraldo Martins Godoy,

de modo que, em dezembro de 2020, 76% do quadro de pessoal era ocupado por pessoas no exercício de funções temporárias.

Adicionalmente, em consulta ao sítio eletrônico da Prefeitura de Periquito, constatee, tal como mencionado no acórdão objurgado, que se encontra publicado somente o Processo Seletivo Público n. 1/2023 (Disponível em: <https://www.periquito.mg.gov.br/transparencia/concursos-e-processos-seletivos/>. Acesso em: 4/6/2025), visando à contratação de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal.

Insta salientar que, nos autos da Representação n. 1.107.644, a unidade técnica pontuou ter verificado o ingresso de 5 servidores no quadro efetivo entre os anos de 2015 e 2019, sem que constasse qualquer registro do Município de Periquito, desde 2014, relativo ao envio de edital de concurso público a esta Corte de Contas, em observância ao que determinava o art. 5º da Instrução Normativa n. 08/2009 (vigente à época).

Quanto às contratações precárias vigentes durante a gestão do recorrente, identifiquei que, em setembro de 2016, a Prefeitura contava com 384 contratos temporários vigentes, sendo 169 ajustados até 14/9/2016 e mantidos 44 contratos ajustados no ano de 2015, 45 de 2014, 124 de 2013, e 2 de 2011. Em dezembro de 2017, contava com 163 contratos temporários ajustados no referido ano e mantidos 17 ajustes do ano de 2016, 20 de 2015, 33 de 2014, 112 de 2013, e 2 de 2011, totalizando 347 contratações vigentes. Em dezembro de 2018, contava com 29 contratos temporários ajustados no referido ano e mantidos 31 ajustes do ano de 2017, 7 de 2016, 14 de 2015, 28 de 2014, 99 de 2013, e 2 de 2011, totalizando 210 contratações vigentes. Em dezembro de 2019, contava com 181 contratos temporários ajustados no referido ano, e mantidos 15 ajustes do ano de 2018, 26 de 2017, 6 de 2016, 13 de 2015, 25 de 2014, 83 de 2013, e 2 de 2011, totalizando 351 contratações vigentes. Por derradeiro, em dezembro de 2020, último mês da gestão do recorrente, havia 176 contratos temporários ajustados no referido ano, e mantidos 60 ajustes do ano de 2019, 10 de 2018, 19 de 2017, 6 de 2016, 13 de 2015, 21 de 2014, 72 de 2013, e 2 de 2011, totalizando 379 contratações vigentes.

A partir de tais informações, observa-se que diversos contratos temporários firmados pelo responsável foram mantidos além do prazo máximo permitido no art. 3º da Lei Municipal n. 246/2005 (Disponível em: <https://www.periquito.mg.gov.br/transparencia/legislacao/294-lei-municipal-n-246-2005/file>. Acesso em: 4/6/2025), de até 12 meses prorrogáveis por até 36 meses, notadamente os ajustes firmados no ano de 2011, mantidos na gestão de setembro de 2016 a dezembro de 2020; os ajustes firmados no ano de 2013, mantidos na gestão de 2017 a 2021; os ajustes firmados no ano de 2014, mantidos na gestão de 2018 a 2022; os ajustes firmados no ano de 2015, mantidos na gestão de 2019 e 2020; e os ajustes firmados no ano de 2016, mantidos na gestão de 2020.

Verificou-se, assim, conforme reforçado pela unidade técnica nos autos da Representação, a permanência de servidores temporários ativos desde 2011, totalizando uma década de vínculo com a Administração Pública.

In casu, o recorrente não logrou êxito em demonstrar a legalidade das contratações temporárias, entre aquelas realizadas, mantidas e / ou prorrogadas durante a sua gestão, seja pela apresentação dos respectivos contratos firmados amparados em necessidade temporária de excepcional interesse público, seja dos editais de processos seletivos simplificados.

Na verdade, ficou evidenciado que as contratações analisadas perduraram por extenso lapso temporal, em patamares semelhantes durante todo o período examinado, tendo sido mantidos contratos temporários com prazos indeterminados, em contrariedade ao preconizado na legislação local e na Constituição da República, em flagrante burla ao concurso público e aos princípios constitucionais da igualdade, da legalidade, da impessoalidade e da moralidade.

Nesse sentido, é patente a ilegalidade e a irregularidade nas contratações mantidas pelo Poder Executivo ao longo de todo o período em que o Sr. Geraldo Martins Godoy esteve à frente da Prefeitura da Periquito, perpetuando-se flagrante inconstitucionalidade na forma de realização e prorrogação de contratações temporárias, o que enseja sua responsabilização.

Quanto à proporcionalidade e razoabilidade na estipulação da penalidade aplicada, considero que tais princípios foram devidamente observados no acórdão recorrido, visto que as multas foram cominadas de acordo com a gravidade das irregularidades e, também, com as condutas praticadas individualmente pelos responsáveis.

Isso posto, considerando o teor dos art. 22 e 28 da Lindb, julgo que o a Sr. Geraldo Martins Godoy incorreu em erro grosseiro ao manter número excessivo de contratações temporárias, por extenso lapso temporal, em detrimento da regra constitucional do concurso público, afrontando o disposto no art. 37, II e IX, da Carta Maior do Brasil, e na legislação municipal, razão pela qual nego provimento ao apelo, mantendo a decisão originária por seus próprios e jurídicos fundamentos.

III – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, em preliminar, **conheço** do recurso, interposto a tempo e modo.

No mérito, **nego provimento** ao recurso, visto que as razões de reforma tecidas são insuficientes para ensejar a modificação do acórdão proferido por esta Corte de Contas nos autos da Representação n. 1.107.644, em sessão da Primeira Câmara de 13/08/2024.

Cumpridas as disposições regimentais cabíveis à espécie, archive-se o processo.

* * * * *

jc/rb/SR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS